

CORREIO BASTIDORES

Fábio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



Ministro do STF diz que só tratou das sanções

Nota do BC não fala em tema exclusivo com Moraes

Um detalhe que pode ser constatado nas notas divulgadas pelo Banco Central e pelo ministro Alexandre de Moraes chama a atenção.

Diferentemente do que diz o texto do integrante do STF, o publicado pelo BC não afirma que as consequências das sanções da aplicação da Lei Magnitsky contra Moraes foram o único tema dos encontros.

A nota do ministro afirma que, nas reuniões com Galípolo e dirigentes de bancos e de entidades do setor, "foram tratados exclusivamente assuntos específicos sobre as graves consequências da aplicação da referida lei".

Já o texto do BC é sucinto, apenas confirma reuniões com Moraes para tratar dos efeitos da lei.

Horários

A ausência da palavra "exclusivamente" na nota do Banco Central indica a possibilidade de que outros temas podem ter sido tratados.

O texto do BC foi divulgado no site da instituição às 10h47, depois que veículos de imprensa já haviam publicado a nota do ministro do STF, liberada às 9h30.

O documento do BC também não cita reuniões com outras pessoas.

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Galípolo divulgou nota curta

O caso Master

Na última segunda, a colunista Malu Gaspar, de O Globo, publicou que Moraes tivera quatro conversas com Galípolo — uma presencial e três por telefone — para tentar evitar uma intervenção no Banco Master, que acabou sendo decretada no dia 18 de novembro.

O escritório de advocacia da mulher de Moraes, Viviane Barci de Moraes, tinha contrato com o Master — segundo a mesma jornalista, a remuneração era de R\$ 3,6 milhões. O valor total do contrato era de R\$ 129 milhões, que seriam pagos ao longo de 36 meses.

Agenda não registra reunião

A coluna não encontrou na agenda de Galípolo qualquer reunião entre ele e Moraes entre 30 de julho — quando as sanções dos EUA foram anunciadas — e 12 de dezembro, quando houve sua retirada. No dia 29 de setembro, há o registro da ida do presidente do BC ao STF, para a posse de Edson Fachin na presidência da corte. Moraes não divulga sua agenda.

POR
FERNANDO MOLICA

Sem grana

Por falar nisso: até agora, investidores que aplicaram dinheiro em papéis emitidos pelo Banco Master, geralmente comprados graças à intermediação de outras instituições financeiras, ainda não receberam seu dinheiro. O Fundo Garantidor de Créditos, que é privado, garante até R\$ 250 mil.

PCdoB e liderança

O PCdoB vai discutir a possibilidade de indicar o líder na Câmara da Federação Brasil da Esperança, que integra ao lado do PT e do PV. O partido já tentou emplacar um de seus deputados na liderança, mas esbarrou na resistência petista. O problema é que o PCdoB tem apenas nove dos 80 deputados do grupo.

PT resiste

Segundo a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), o tema será discutido em janeiro, já que a escolha dos novos líderes ocorrerá no início de fevereiro, na retomada dos trabalhos do Congresso Nacional. O PT não deverá ceder, já decidiu indicar para o cargo o deputado Pedro Uczai, de Santa Catarina.

Otimismo

Jandira avalia que o ano começará bem para a esquerda e mal para a direita. Ressalta que o adversário está dividido em relação a disputa pela Presidência da República, Jair Bolsonaro e generais foram presos e o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ) é alvo de investigação policial. Já o governo, diz, continuará entregando obras.

O pé da C&A

Ontem, poucos dias depois de parte da direita reclamar da campanha das Havaianas estrelada por Fernanda Torres, a C&A disparou para clientes e-mail com o título "Entre o ano de 2026 com o pé direito!". A mensagem estimula participação na corrida de Vera Cruz, dia 31, no Rio. A rede patrocina o evento.

Dois pés

A confusão toda surgiu porque, no comercial das sandálias, Fernanda Torres estimula as pessoas a não entrarem no novo ano com o pé direito e, assim, não ficarem dependentes da sorte. Diz que o melhor é entrar em 2026 com os dois pés na porta e na estrada. Parte da direita viu aí um texto de viés político.



Ministro é acusado de envolvimento em caso do Banco Master

Moraes diz que reuniões trataram de Lei Magnitsky

Ministro disse que se reuniu com BC para tratar de sanção dos EUA

Por Gabriela Gallo

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes divulgou, nesta terça-feira (23), uma nota alegando que todas as reuniões que teve com o presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, e demais banqueiros ocorreram para tratar exclusivamente da Lei Magnitsky, aplicada pelo governo dos Estados Unidos (EUA) contra o magistrado.

"O Ministro Alexandre de Moraes esclarece que, em virtude da aplicação da Lei Magnitsky, recebeu para reuniões o presidente do Banco Central, a presidente do Banco do Brasil, o Presidente e o vice-presidente Jurídico do Banco Itaú. Além disso, participou de reunião conjunta com os Presidentes da Confederação Nacional das Instituições Financeiras, da FEBRABAN, do BTG e os vice-presidentes do Santander e Itaú. Em todas as reuniões, foram tratados exclusivamente assuntos específicos sobre as graves consequências da aplicação da referida lei, em especial a possibilidade de manutenção de movimentação bancária, contas correntes, cartões de crédito e débito", declara a nota divulgada pelo ministro do Supremo.

A manifestação do magistrado ocorreu um dia após o jornal O Globo publicar uma matéria no qual declara que Moraes teria defendido a aprovação da com-

pra do Banco Master pelo Banco Regional de Brasília (BRB), instituição financeira pública ligada ao governo do Distrito Federal, durante reuniões com Galípolo.

Antes do BC determinar a liquidação do Banco Master por suspeitas de fraude, o escritório de advocacia Barci de Moraes, vinculado à esposa do ministro, Viviane Barci de Moraes, prestou serviços ao Banco Master.

Repercussão

No começo desta semana o senador Alessandro Vieira (MDB-SE) defendeu a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar uma possível relação entre Moraes e sua esposa com o Banco Master. Em entrevista à CNN, o parlamentar anunciou que pretende começar a juntar as assinaturas necessárias para instalar a comissão com o retorno do recesso parlamentar, agendado para 2 de fevereiro.

O ministro do STF é alvo da oposição no Congresso Nacional a um tempo, que já tentou emplacar um pedido de impeachment contra o magistrado, que nunca foi pra frente.

Contudo, Vieira ressaltou que, enquanto um pedido de impeachment precisa de alvô do presidente do Senado, um pedido de CPI abrange a minoria no Congresso.

Com informações de
Agência Brasil